

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEMOCRACIA E O DEMOS EM HERÓDOTO E ARISTÓTELES\*

Priscilla Gontijo Leite\*\*

**Resumo:** Heródoto e Aristóteles apresentam as formas de governo de uma perspectiva quantitativa (quando um, poucos ou muitos ocupam o poder) e qualitativa (quando o governo é bom ou ruim). O governo de muitos é a democracia e para entender seus elogios e críticas, iremos traçar paralelos entre o trecho denominado “Diálogo dos Persas” de Heródoto (Histórias, 3.80-83) e os livros III e IV de A Política de Aristóteles. Essas obras demonstram continuidade e rupturas sobre o pensamento político dos gregos sobre a democracia, que, em linhas gerais, é elogiada por causa da liberdade e igualdade, e é criticada por permitir que o governo fique nas mãos dos demos, considerado inapto para a tarefa. O estudo das democracias antigas permite refletir sobre a democracia no cenário atual, pensando em seus desafios inerentes, sendo um deles relacionado à participação popular.

**Palavras-chaves:** democracia; Aristóteles; Heródoto; demos; participação popular.

### BRIEF CONSIDERATIONS ABOUT DEMOCRACY AND DEMOS IN HERODOTUS AND ARISTOTLE

**Abstract:** Herodotus and Aristotle present the types of government both from a quantitative perspective (when one, few or many occupy the power) and a qualitative perspective (when the government is good or bad). The government of many is the democracy and to understand their praise and criticism to it we will draw parallels between the excerpt called “Dialogue of the Persians” by Herodotus (Histories, 3.80-83) and books III and IV of The Politics by Aristotle. These works demonstrate both continuity and disruption of the Greeks’ political thinking about democracy, which is generally praised for granting of freedom and equality, and is criticized for allowing the government to remain in the hands of the demos, considered

---

\* Recebido em: 17/06/2018 e aprovado em: 07/08/2018

\*\* Professora adjunta de História Antiga da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

*unprepared for assignment. The study of ancient democracies allows us to reflect about democracy today, thinking about its inherent challenges, one of them being related to popular participation.*

**Keywords:** *democracy; Aristotle; Herodotus; demos; popular participation.*

O presente texto teve uma primeira versão apresentada no evento em homenagem ao professor José Antonio Dabdab Trabulsi, *Formas da política na Antiguidade: por um elogio à democracia*, por ocasião de sua recente aposentadoria. O professor Dabdab Trabulsi é um expoente nos estudos clássicos e a política sempre esteve presente em suas análises, caracterizadas pelo rigor metodológico e um grande cuidado com as fontes, que aparecem de forma abundante em seus escritos.

Na análise do fenômeno político grego por Dabdab, a democracia ateniense ocupa um lugar central, sendo o principal tema do livro *Participação direta e democracia grega. Uma história exemplar?* (2018). Nessa obra, são abordados elementos fundamentais da democracia ateniense a partir do conceito da cultura política da participação direta, que, ao ser aplicado à realidade ateniense, consegue lançar luz a diversos aspectos da participação ativa e direta do cidadão, como a participação por meio da palavra, essencial para conduzir a ação política. Para Dabdab Trabulsi (2018), palavra, persuasão e ação política estão correlacionadas.

Outro aspecto importante da trajetória acadêmica de Dabdab Trabulsi é o constante diálogo entre o presente e o passado, com destaque para a atual prática política, como indica o artigo “A democracia atenienses e nós” (2016). A reflexão sobre a democracia antiga inevitavelmente conduz o pensador contemporâneo a considerar aspectos problemáticos da nossa própria prática democrática,<sup>1</sup> uma vez que, no plano ideal, a democracia deve primar pela reunião do coletivo.<sup>2</sup> No ato de reunir, os cidadãos criam confiança, virtude e competência coletivas, capazes de reforçar o sentimento de pertencimento à comunidade e o poder de decisão sobre o futuro coletivo, bem como de tranquilizar diante dos desafios cotidianos.

Resgatar a democracia antiga é valorizar o poder de decisão dos cidadãos reunidos, pois nossas democracias, que podem ser mais precisamente caracterizadas como regimes oligárquicos liberais (CASTORIADIS, 2002, p. 117), sempre veem com muita desconfiança o povo reunido (DABDAB TRABULSI, 2016, p. 14). A principal manifestação do cidadão nas atuais

democracias é o voto, porém o modelo da cidadania representativa está atravessando profunda crise, assim como o Estado em geral, como se verifica com o avanço de propostas neoliberais e o enfraquecimento do Estado de bem-estar social (CASTORIADIS, 2002, p. 261-262).

Nesse cenário em que o político é visto com suspeitas, voltar o olhar para os antigos pode trazer conforto e novo fôlego para superar os atuais desafios (cf. CASTORIADIS, 2002, p. 280). Por isso, propomos fazer aproximações entre dois textos marcantes do pensamento político ocidental que já foram objeto de inúmeras análises ao longo do tempo: *Histórias*, de Heródoto, e *A Política*, de Aristóteles. Nosso enfoque será aproximar o trecho de Heródoto *Histórias*, 3.80-82, conhecido como “Diálogo dos Persas”, ou “Diálogo Constitucional”, com os livros III e IV de *A Política*, de Aristóteles, no que concerne à exposição dos autores sobre a democracia, destacando a questão da participação popular e dos elogios e críticas feitos a esse regime.

O “Diálogo dos Persas” (HERÓDOTO. *Histórias*, III, 80-82) narra a discussão entre Otanes, Megábizo e Dario sobre qual governo deveria ser adotado pelos persas depois do regime *hybrístico* dos magos. Cada um, respectivamente, defende um tipo de governo: a democracia, a oligarquia e a monarquia. A defesa de cada regime não se faz somente enaltecendo seus aspectos positivos, mas também pela difamação da proposta do adversário, destacando seus defeitos. Com isso, tem-se a disposição de elogios e críticas às formas de governo, colocados de forma cíclica, pois o “Diálogo dos Persas” inicia com a crítica à monarquia e termina com o seu elogio.<sup>3</sup> O primeiro a falar é Otanes, que apresenta os defeitos da monarquia, apontando-a como inadequada por causa da *hybris* e da inveja do monarca, e, em seguida, passa a elogiar o governo do *plethos*, a *isonomia*. Megábizo é o segundo a discursar e já começa com críticas à democracia, para, depois, enaltecer a oligarquia. Por fim, Dario condena as duas formas de governo até então apresentadas e exorta a monarquia. Após as falas, é feita uma eleição, e a proposta de Dario é a vencedora.

Outra característica desse trecho é a passagem da opinião para o conhecimento. O vocabulário ligado à opinião (*δοκέει*) aparece relacionado à exprobração de um regime. Já os termos do campo do conhecimento (*γνώμην*) estão ligados ao enaltecimento de um governo. Esse aspecto pode ser compreendido a partir do contexto de produção do texto de Heródoto,

marcado pela presença de fundamentos retóricos da sofística (PIRES, 2012, p. 184). Os vocabulários da opinião e do conhecimento servem para construir a retórica sobre qual seria o melhor regime e apresentar o proponente como detentor de um conhecimento, legitimando ainda mais a sua proposta. Isso explica por que Otanes abre seu discurso com a expressão Ἐμοὶδοκέει - “para mim, eu acho melhor que nenhum de nós se torne monarca”<sup>4</sup> (HERÓDOTO. *Histórias*, III, 80), e termina com γνώμην. Portanto, ele começa expressando sua opinião sobre a monarquia, expondo os argumentos que mostram ser ela inadequada para os persas, para, em seguida, passar a construir o conhecimento de que o governo de muitos seria o melhor. A passagem da opinião para o conhecimento, ligado a aspectos negativos e positivos de cada forma de governo, se repete em Megábizo e Dario. Assim, tem-se o movimento de que uma opinião inicial (δόξα) se concretiza em um conhecimento de causa (γνώμην) quando aprovado pelos argumentos expostos.

Para Otanes, o melhor governo é a *isonomía*, pois, por meio dele, assume o conjunto de cidadãos, o qual estaria mais apto para governar, por não ter as características do monarca (*hybris* e a inveja):

*Em primeiro lugar, o conjunto de cidadãos no governo (Πλήθος δὲ ἄρχον) possui o nome mais belo de todos: isonomía (ἰσονομίην). Em segundo lugar, ele não faz nada do que o monarca faz. Os cargos são atribuídos por sorteio; quem recebe o cargo tem que prestar contas; e todas as decisões são submetidas à coletividade. Portanto, proponho (γνώμην) para nós a ideia de renunciar à monarquia e empoderar o conjunto dos cidadãos (πλήθος ἀέζειν). Pois tudo está na maioria (ἐν γὰρ τῷ πολλῷ ἔνι τὰ πάντα). (HERÓDOTO. *Histórias*, III, 80)*

Nessa disposição de argumentos, Otanes inicia caracterizando positivamente os ocupantes do poder, ou seja, o conjunto de cidadãos (*plethos*), pois eles não cometem os mesmos erros do monarca.<sup>5</sup> Depois passa para a descrição da organização dessa forma de regime, com a realização de sorteios, prestação de contas e decisões coletivas, o que remete diretamente às assembleias. O próprio nome da forma de regime, *isonomía*, demonstra as características de uma igualdade perante a lei e de uma “governança partilhada” (SOARES, 2014, p. 28).

A participação equitativa na ação de governar é assegurada pelo respeito à lei, a qual desempenhará um papel importantíssimo no sistema poliáde

e, em especial, nas democracias. Com isso, o homem grego do período arcaico e clássico percebe a lei como um mecanismo para implementar e manter a ordem, o que permitirá à maioria dos cidadãos, independentemente de sua condição social, desenvolver uma cultura legal (RAAFLAUB, 2015, p. 28) e, com isso, reivindicar participação política.

Portanto, a participação política e o respeito à lei serão traços fundantes da democracia. A importância dessas características para a democracia se fará presente no século seguinte, quando Aristóteles também descreve essa forma de regime. A democracia aparece em várias obras do *corpus* do filósofo. Em *A Política*, ela será a forma desviada do governo de muitos, sendo que, dentre as desviadas (democracia, tirania e oligarquia), é a melhor. Um grande diferencial na obra do filósofo, em comparação com o historiador, é pensar na possibilidade da existência de vários modelos de democracia, algumas boas e outras ainda piores (1291b-1292a):

*A primeira categoria de democracia se define, sobretudo, pelo equilíbrio (ἴσον). Pois neste tipo de democracia a lei considera equilibrado que nem os pobres e nem os ricos prevaleçam uns sobre os outros e que nenhum deles tenha mais autoridade; ao contrário, que ambos sejam iguais. Agora, se a liberdade existe, principalmente, na democracia, conforme alguns pensam, e a equidade, isso seria completo com a participação de todos no regime, da forma mais igualitária possível. Mas, como o demos é maior em número e a decisão por maioria é a autoridade, é inevitável que isso seja uma democracia.*

*Essa é uma categoria de democracia. Outra é aquela em que os cargos são ocupados a partir da renda, que é pouca; deve ser possível ao que ganha essa renda participar do poder, e quem a perde não participa. Outra categoria de democracia é aquela em que todos os cidadãos que não estão sob auditoria participam do poder, porém a lei está acima de tudo. Outra categoria de democracia é aquela em que todos têm acesso aos cargos, desde que sejam cidadãos, porém a lei está acima de tudo. Por fim, outra categoria de democracia é tal como as anteriores, porém o conjunto de cidadãos (πλήθος) é a autoridade suprema e não a lei. Isso ocorre sempre que os decretos são autoridade suprema e não a lei. Isso acontece por causa dos demagogos.*

Em todas as categorias de democracia, está presente a lei, e à medida que ela enfraquece, o regime se torna pior. Portanto, idealmente para Aristóteles, a lei estaria acima de tudo, cabendo aos magistrados e ao poder instituído decidir apenas os casos particulares. Além da lei, também se nota a presença da liberdade, que, para um ateniense, é a participação no processo decisório e a soberania da lei. A pior forma de democracia é apontada no caso de o conjunto de cidadãos (*plethos*) exercer o poder acima da lei. Nessa obra, não parece haver uma distinção entre *demos* e *plethos*, pois esse termo foi utilizado no livro III para caracterizar a *Politeia*, a forma de governo correta quando muitos estão no poder: “Já quando o conjunto de cidadãos (πλήθος) participa da política, mirando o benefício coletivo, é chamado pelo nome comum a todos os regimes: *politeia*” (ARISTÓTELES. *A Política*, III, 1279a).

Na passagem de Heródoto, marca-se uma oposição mais clara entre *plethos* e *demos*, já que o primeiro termo é utilizado para descrever positivamente o governo de muitos ou para retomar os argumentos de Otanes, e o segundo termo está associado às críticas à democracia e caracterização negativa do povo. Assim, no historiador, o *plethos* é utilizado para reforçar a ideia de participação sem qualquer distinção entre os cidadãos. Já em Aristóteles, essa operação é mais complexa. O filósofo claramente prefere a palavra *demos* para explicar o funcionamento da democracia e se preocupa em definir o *demos* a partir de critérios socioeconômicos, ligados em grande parte ao mundo do trabalho: ele é composto por agricultores, artesãos, pescadores, marinheiros, etc.

*Existem muitas categorias tanto de demos quanto dos chamados nobres. Dodemos, exemplo, existe a categoria dos agricultores; a categoria relativa às artes e aos ofícios; a dos comerciantes que trabalham com compra e venda; a dos que trabalham no mar, seja na marinha de guerra, na marinha mercante, no transporte ou na pesca. Além dessas, existem a categoria dos autônomos e a categoria daqueles que têm tão pouco recurso que não podem ter folga; há também a categoria dos que são livres porque um dos pais é cidadão; entre tantas outras categorias que possam existir como estas. (ARISTÓTELES. *A Política*, IV, 1291b)*

Na obra do filósofo, além de *plethos* e *demos*, outro termo muito associado à democracia é a pobreza, pois a democracia existe quando os pobres estão no poder (1279b-1280a):

*O que diferencia a democracia (δημοκρατία) e a oligarquia (ὀλιγαρχία) uma da outra é a pobreza (πενία) e a riqueza (πλοῦτός). Sempre que se governa com base na riqueza (ἄρχωσι διὰ πλοῦτον), não importa se são poucos ou muitos no governo, o regime será, necessariamente, uma oligarquia. Por sua vez, sempre que os pobres governam será uma democracia. Acontece que, como dissemos, os ricos são poucos e os pobres são muitos. E se, por um lado, poucos têm acesso à riqueza, por outro, todos participam da liberdade (ἐλευθερίας). Por estas razões, ambos estão em desacordo a respeito do regime político.*

Na descrição do filósofo, a característica socioeconômica dos ocupantes do poder será importante para a definição do tipo de regime. Esse aspecto está ausente na fala de Otanes, mas aparece em seguida nos discursos de Megábizo e Dario, que passam a desqualificar o povo, atribuindo-lhe atributos negativos no que compete ao exercício da governança.

Megábizo começa seu discurso concordando com seu antecessor sobre os aspectos negativos da monarquia, e, a partir daí, concentra seus ataques no *demos*, para desacreditar a proposta de Otanes:

*Megábizo propôs confiar os assuntos públicos a uma oligarquia (ὀλιγαρχίη), dizendo isto: o que Otanes falou sobre acabar com a tirania, eu concordo, mas a sua proposta de entregar o poder ao conjunto de cidadãos (τὸ πλῆθος ἄνωγε φέρειν τὸ κράτος), não é a melhor ideia. Nada é mais insensato e ultrajante do que uma multidão (ὄμιλον) inútil (ἄχρητον). Além do mais, é totalmente inadmissível que homens fugindo da hybris de um tirano caiam na hybris de um demos indisciplinado (δήμου ἀκολάστου). O tirano quando faz algo, faz consciente; já para o demos, não é possível ter uma consciência. Pois como poderia ter consciência quem nunca foi ensinado e nunca viu nada belo nem adequado e sem noção conduz os assuntos públicos de forma desordenada semelhante à enchente de um rio?*

*Que se entreguem agora ao demos quem deseja a desgraça dos persas. Já nós podemos selecionar um grupo de melhores homens e atribuir o poder a eles (ὄμιλιν τούτοισι περιθέωμεν τὸ κράτος), até porque nós estaremos nesse grupo, e é natural dos melhores homens produzir as melhores decisões. (HERÓDOTO. Histórias, III, 81)*

Na sua estratégia discursiva, Megábizo começa dissociando *plethos* e *archon*, na operação realizada por Otanes, e passa a associar o conjunto de cidadãos com *kratos*, que indica um poder exercido por meio de uma superioridade, muitas vezes ligado ao uso da força física e da coerção. Depois, o termo *plethos* não é mais utilizado em sua fala. Em um segundo momento, o grupo de muitos que ocupa o poder é chamado de “multidão inútil”, e, em um terceiro momento, de “*demos* indisciplinado”. O grupo de muitos que ocupa o poder passa então para uma definição mais precisa e a ele é atribuído a *hybris* e outros defeitos da monarquia. Portanto, na visão de Megábizo,

*A ignorância que estigmatiza a multidão, as massas, só torna as coisas piores, agravando conseqüentemente as deformações e corrupções que já se faziam sentir com a monarquia, a qual, pelo menos, supunha, não obstante, (alg)um fundamento de sabedoria, se bem que condicionado pelo acaso de uma única pessoa que fosse sábia. (PIRES, 2012, p. 187)*

Esse grupo, então, não pode governar, pois nunca recebeu a educação adequada e, caso ocupe o poder, trará apenas prejuízos, provocando a destruição da cidade, como indica a impactante metáfora da enchente do rio. O principal ponto de ataque a esse grupo é seu despreparo político, por não ter recebido a educação adequada. Podemos extrapolar o texto e pensar que o grupo não tem a devida educação, por não ter dinheiro suficiente para adquiri-la. Com isso, tem-se claramente as definições morais e socioeconômicas desse grupo.

A desqualificação da democracia pela inabilidade de o *demos* governar, por ser ignorante, é uma das críticas mais comuns a esse regime, crítica infelizmente ainda presente nos dias atuais. A associação entre inaptidão para o governo, pobreza e ignorância persiste em diversos textos do pensamento grego, como no opúsculo atribuído a Pseudo-Xenofonte, que apresenta, com grande pragmatismo, uma análise política de sua realidade (DABDAB TRABULSI, 2016, p. 14). Nesse texto, o *demos* é caracterizado por adjetivos negativos como perverso (*πονηρός*), com dez ocorrências, pobre (*πένης*), com cinco ocorrências, e de condição inferior (*χείρους*), com duas ocorrências. Outros termos associados ao *demos* são ignorância (*ἄμαθία*), desordem (*ἀταξία*) e loucura (*μαινόμενος*) (LEITE; SILVA, 2018). Além da caracterização negativa, o autor demonstra as razões para o *demos* apoiar



a democracia, pois esse é o único regime que lhe proporcionaria algum benefício, por conseguir usufruir das riquezas advindas da talassocracia. Encontramos posição semelhante em Aristóteles (*A Política*, III,1279b), já que a democracia visa o benefício dos pobres, que, nesse regime, poderiam ser livres e exercer a soberania (*A Política*, III,1290b).

A caracterização negativa do *demos* para desqualificar a democracia prossegue em Dario, que aprofunda os argumentos de seu antecessor. Ele utiliza a mesma estratégia de Megábizo e começa com o termo *plethos*, depois usando apenas a palavra *demos*. Com isso, ao mesmo tempo, Dario consegue remeter a fala de Otanes para criticá-lo e a de Megábizo para aprofundar a crítica realizada previamente com relação ao *demos*.

Além de criticar a democracia e o *demos*, Dario também precisa criticar a oligarquia e, para tanto, começa seu discurso sutilmente elogiando todas as formas de governo apresentadas, já que todas, em teoria, seriam as melhores, mas apenas a monarquia atenderá os interesses dos persas, pois é a única capaz de lhes assegurar a liberdade:

*Dario foi o terceiro a expor sua ideia dizendo: o que Megábizo disse a respeito do conjunto de cidadãos (τὸ πλῆθος), eu acho que ele falou corretamente, mas a respeito da oligarquia, não. Em teoria, as três formas mencionadas são todas excelentes – o demos é excelente, e a oligarquia e a monarquia também – porém, eu afirmo que a última supera em muito as demais.*

*Com o demos no poder (Δῆμον τε αὖ ἄρχοντος) é impossível a canalhice (κακότητα) não aparecer, e uma vez que a canalhice aparece na administração pública (τὰ κοινὰ), não é a inimizade entre os canalhas que surge, mas fortes laços de amizade. Pois os que levam a canalhice para a administração pública agem por meio de complô. Isso continua até que alguém do demos tome a frente (προστάς τις τοῦ δήμου) e ponha fim nisso. Por causa disso, ele é admirado pelo demos, por ser admirado, ele então é proclamado monarca; e isso também prova que a monarquia é mais forte. (HERÓDOTO. Histórias, III, 82)*

Com Dario, além da falta de educação, da indisciplina e da desordem, o *demos* também é corrupto. Ele é mau, por trazer o que tem de pior para os negócios públicos. Seu governo é moldado por meio de alianças duvidosas

e complôs, conduzindo a uma situação caótica, que teria fim somente quando alguém tomasse a frente. Com isso, surge a monarquia, capaz de assegurar a liberdade de todos e de defender os costumes ancestrais: “Por isso sustento a ideia (γνώμη) de que se nós fomos libertados (ἐλευθερωθέντας) pela ação de um único homem, devemos manter assim e, além disso, não deixar enfraquecer os costumes ancestrais (πατρίους νόμους) tão bem estabelecidos; pois isso não é bom” (HERÓDOTO. *Histórias*, III, 82).

Para concluir seu raciocínio, e fazer a passagem da opinião para o conhecimento, Dario apresenta evidências a partir de elementos do passado recente dos persas. A defesa da liberdade e dos *nomos* é feita através da referência a Ciro, pai de Cambises, que conseguiu libertar os persas do domínio dos medos. A utilização da figura de Ciro por Dario remete à ideia de um “bom governante”, um monarca, cujo modelo político é estabelecido pelo *nomos*. Assim, o governo monárquico seria o único capaz de manter os costumes ancestrais (πατρίους νόμους). Nesse trecho, a ideia de uma lei não escrita, revestida de caráter de sacralidade por se remeter aos ancestrais (πατρίους), é a essência do argumento conclusivo de Dario a favor da monarquia. Tal aspecto faz oposição direta à democracia, pois a sua salvaguarda e dos cidadãos é a lei escrita.

A monarquia, para Dario, é a única forma capaz de reunir todos os elementos positivos necessários a um bom governo: o equilíbrio do poder, pela sapiência do governante; a liberdade, pelo fato de ele não estar submetido a nenhum outro povo; e o respeito à tradição. Para se ter isso, o governo deve se concentrar nas mãos de um só, e desaparecem completamente a participação de todos (ou de alguns) e a equidade.

No diálogo herodotiano, o melhor regime é aquele capaz de garantir a liberdade e o respeito ao *nomos*, sendo a monarquia vitoriosa nessa disputa. Esses critérios serão tão importantes na definição das formas de governo que iremos encontrá-los mais tarde em Aristóteles. O filósofo aplica os mesmos critérios para a democracia, afirmando ser ela a única capaz de assegurar a liberdade e a igualdade para o *demos* (ARISTÓTELES. *A Política*, IV, 1279b). Isso é possível porque, na democracia, o cidadão não é governado por ninguém, havendo alternância entre o comandar e o obedecer (ARISTÓTELES. *A Política*, VI, 1317b), bem como a participação voluntária e a rotatividade dos cargos ao longo do tempo, aspectos destacados na proposta de Otanes.

Em Aristóteles, a concentração de poder nas mãos de poucos é um fator negativo na democracia. Quando isso ocorre, tem-se o seu pior tipo, com a atuação dos demagogos. Eles são nocivos para a cidade, por fazerem valer suas vontades, sobrepondo-se às leis. Assim, o demagogo é aquele capaz de dominar a opinião popular e, com isso, manipulá-la a seu favor.

Nessa passagem de Heródoto, ainda não há o termo demagogo, e encontramos o primeiro registro da expressão *prostates tou demou*, que passa a ser largamente utilizada por Tucídides para descrever a atuação política de alguns líderes democráticos durante a Guerra do Peloponeso (WALLACE, 2015, p. 248). Já o termo demagogo foi uma expressão neutra e, a partir do final do século V a.C., passa a ter uma carga negativa, indicando os líderes do povo que, em vez de conduzi-lo com prudência, bom senso e razão, alimenta suas paixões para conseguir manipulá-lo a fim de aprovar medidas em favor deles mesmos.

Portanto, *prostates tou demou* e demagogo são expressões bem marcadas na história grega e ambas remetem à relação entre instituições democráticas e participação política através do processo de falar, ouvir e deliberar. Nesse processo, o sujeito pode se destacar por sua habilidade retórica, conseguindo, assim, persuadir os demais. A persuasão é necessária no jogo democrático, pois a decisão final sempre estará nas mãos do *demos*. Com isso, mesmo com a ampla participação popular, na democracia há uma complexa relação entre poder, *demos* e a elite. As fontes são ricas em exemplos de membros da aristocracia exercendo influência nas assembleias, sendo inegável que uma boa educação, principalmente conhecimentos em retórica, favorece a atuação no campo político. Por isso, alguns autores, como Raaflaub, afirmam que, em Atenas, “o *demos* é soberano, mas certamente não governa a pólis” (RAAFLAUB, 2015, p. 32), pois o exercício real do poder estaria restrito a essa elite educada.

A perspectiva de quem governa é apenas a elite, o que se torna ainda mais forte nos regimes democráticos atuais, em que o poder do povo encontra-se esvaziado diante da pressão de grandes grupos:

*Por que democracia significa poder do demos, do povo, e esses regimes se acham sob a dominação política de camadas particulares: grandes financistas e industriais, burocracia gerencial, alta burocracia estatal e política, etc. É verdade que suas populações têm direitos; é verdade que esses direitos não são “simplesmente*

*formais”, como absurdamente já foi dito, eles são somente parciais. Mas a população não tem o poder; ela não governa nem controla o governo; ela não elabora a constituição nem as leis, ela não julga. Periodicamente, por ocasião das eleições, ela pode punir a porção aparente (que emerge à superfície) dos governantes – foi o que sucedeu na França em 1981 –, mas apenas para alcançar ao poder outros da mesma laia – é o que prevalente acontecerá na França dentre de alguns meses. (CASTORIADIS, 2002, p. 117-118)*

Refletindo sobre a situação da democracia atual e os elogios e críticas a ela no pensamento antigo, a partir das amostras de Heródoto e Aristóteles, pode-se questionar sobre a efetiva atuação do povo na política. Dessa maneira, se o povo não governa, se ele não tem o poder de decisão, por quais razões os registros literários sobre a democracia são insistentes na sua caracterização negativa? Por que há tanto esforço em deslegitimar a ação do povo, atacando principalmente sua “falta de educação”?

O destaque da falta de educação do povo nos registros literários é feito a partir da perspectiva de membros de uma elite que sempre viu, e verá, com ressalvas a democracia (ARISTÓTELES. *A Política*, 1279b-1280a; PSEUDO-XENOFONTE. *A constituição dos atenienses*, 1.5). Ao atacar a inaptidão para governar do povo, essas elites promovem críticas justamente àquilo que fortalece a democracia, isto é, a participação popular, o povo reunido.

A força do *demos*, a partir de sua união, é expressa no próprio termo democracia, que se dá pela associação de *demos* e *kratos*, manifestando a predominância de uma parcela da população, os mais pobres, sobre a cidade pelo uso da força (PLATÃO. *A República*, VIII, 557a-c; CANFORA, 2015, p. 180-181). Essa força se dá justamente pela união, manifestada pelo uso da palavra e da resolução dos conflitos através do consenso após a deliberação. O consenso pela palavra e o poder de deliberação do povo são legados importantes para resgatarmos na política contemporânea, em que infelizmente avança, de maneira alarmante, o número de caso de assassinatos de lideranças sociais e de repreensões a lideranças políticas populares.

Assim, estudar a democracia antiga é também perceber as críticas ligadas a ela, bem como quais as ameaças enfrentadas por uma sociedade que se propõe um modelo participativo. Deslegitimar o povo é querer retirar a participação de todos como uma alternativa para a resolução dos problemas. Voltar o olhar para a crítica antiga à democracia é perceber esse

regime como um campo de negociação e de conciliação pautado na busca da igualdade política. Atualmente, quando a democracia brasileira recebe críticas em todas as frentes, é salutar ter essa percepção e valorizar a cultura política da participação direta, da qual grande parte da população brasileira se sente excluída.

A longevidade da democracia ateniense indica que ela foi uma resposta ético-política a determinados problemas vivenciados. Mesmo quando a democracia recebe ferrenhas críticas sobre seu funcionamento, ela é capaz de fornecer ao homem um projeto de construção que visa a autonomia, aprimoramento ético e moral, e participação direta e efetiva nos processos decisórios.

Portanto, a democracia é o regime pautado na participação política, que abre espaço para o maior número de pessoas se expressar com seus atos e suas palavras. Valorizar esse aspecto é acreditar que ela permite a criação de um espaço e tempo públicos, os quais permitem a coletividade pensar e repensar sobre si mesma, sendo um mecanismo de criação de sua identidade e da busca de seus valores. A democracia sempre estará ligada aos ideais de liberdade, igualdade e justiça, que não devem ser encarados como mitos, mas algo de passível realização (CASTORIADIS, 2002, p. 270). Esses ideais não são unívocos e estão em jogo, num processo de constante disputa e de tal maneira que são sempre revisitados e repensados. Mesmo com esse jogo, a democracia consegue instituir o debate sobre liberdade, justiça, equidade e igualdade dentro do funcionamento de suas próprias instituições.

A democracia, enquanto prática real, sempre estará sujeita a aprimoramento e, mesmo com todos os problemas que apresenta, fazer seu elogio é ter a convicção de que ela é capaz de assegurar que o maior número de pessoas se manifeste sem o uso da violência física. Os aspectos positivos da democracia superam os negativos, e a inaptidão do povo em governar, tão ressaltada por seus críticos, é superada pela prática constante do exercício da coisa pública.

## **Documentação escrita**

ARISTÓTELES. *A Constituição dos Atenienses*. Trad. Delfim Ferreira Leão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Política*. Trad. António Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

HERÓDOTO. *Histórias*. Trad. Mário da Gama Cury. Brasília: Editora da UnB, 1988.

PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

PSEUDO-XENOFONTE. *A Constituição dos Atenienses*. Trad. Pedro Ribeiro Martins. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

## Referências bibliográficas

CANFORA, Luciano. *O mundo de Atenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do labirinto II – domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

DABDAB TRABULSI, José Antonio. A democracia ateniense e nós. *e-Hum*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 8-31, 2016.

\_\_\_\_\_. *Participação direta e democracia grega*. Uma história exemplar? Coimbra: Grácio Editor, 2018.

DETIENNE, Marcel. *Os gregos e nós: uma antropologia comparada da Grécia Antiga*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LEITE, Priscilla Gontijo; SILVA Lúvia Maria da. Participação política e democracia: a visão do povo em *A constituição dos atenienses* e algumas reflexões para o presente. In: ALBUQUERQUE, Renan; GRIZOSTE, Weberson. *Estudos clássicos e humanísticos & amazonidades*. São Paulo: Alexa Cultural, 2018, p. 35-52. V. 2.

PIRES, Francisco Murari. Mithistória do debate persa (Heródoto, III, 80-82). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.10, p. 183-192, 2012.

RAAFLAUB, Kurt A. Why Greek Democracy? Its Emergence and Nature in Context. In: HAMMER, Dean (ed.). *A companion to Greek democracy and the Roman Republic*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2015, p. 23-43.

SOARES, Carmen. Diálogo nas histórias de Heródoto entre teoria e práxis política: tirania e democracia, contrastes e semelhanças. *Phoînix*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 25-39, 2014.

WALLACE, Robert W. The Practice of Politics in Classical Athens, and the Paradox of Democratic Leadership. In: HAMMER, Dean (ed.). *A companion to Greek democracy and the Roman Republic*. West Sussex: WileyBlackwell, 2015, p. 241-257.

<sup>1</sup> Dabdab (2016, p. 30), em trabalho recente, afirmou: “É legítimo – e necessário – escolher certos aspectos da Antiguidade que podem nos interessar, servir de fonte de reflexão e até mesmo, por vezes, de inspiração”.

<sup>2</sup> Para Detienne (2014, p. 125-149), a categoria do “querer se reunir para debater assuntos em comum” é útil para pensar o político, por ser flexível sem ser fluida. Com isso, podem-se mostrar diversos começos dos “lugares políticos” em diferentes sociedades separadas no tempo e no espaço. O caso grego seria mais um desses começos e se destaca pela formação de um tempo e espaços públicos em que o cidadão irá atuar. A atuação do cidadão no campo político se torna mais abrangente e direta no caso da democracia.

<sup>3</sup> Cf. Pires (2012, p. 189): “Um percurso em círculo nas transmutações das três formas de regime, indo da monarquia para a democracia, desta para a oligarquia e então desta última (retornando) à monarquia, de modo a indefinir fim e começo porque assim coincidentes e confundidos”.

<sup>4</sup> Todas as citações de Heródoto e Aristóteles são traduções coletivas feitas no âmbito do projeto Prolicen “Vocabulário político da Antiguidade: reflexões para o exercício da cidadania”, executado na UFPB, ao longo de 2017. Agradeço, especialmente, ao professor Lucas Consolin Dezotti, que divide comigo a tarefa de coordenar esse projeto, e aos alunos Bruno Ramalho de Figueirêdo, Danusia Oliveira Ferreira e Raissa do Nascimento Fernandes, pela dedicação ao projeto e à tradução.

<sup>5</sup> Cf. Pires (2012, p. 187): “É bem melhor um regime que, pelo contrário, busque dissipar tais efeitos dispersando o exercício do poder graças à instituição de uma pluralidade de cargos e funções governamentais que sejam acessíveis a todos os cidadãos, ainda reprimindo os abusos de autoridade por meio de controles institucionais sobrepostos ao exercício de tais cargos e funções”.